

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO EM SECRETARIA ESCOLAR – ENSINO BÁSICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO EM SECRETARIA ESCOLAR – ENSINO BÁSICO

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL
RESUMO
O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO TGA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL
AULA 2 A EMPRESA E A ESCOLA A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA ESCOLA: EDUCAÇÃO ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES
AULA 3 CONCEITO DE GESTÃO GESTÃO EDUCACIONAL GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL O TRABALHO NA ESCOLA
AULA 4 A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL
AULA 5 PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

AULA 6

ÓRGÃOS COLEGIADOS

GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

GESTÃO E O PPP

GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

BIBLIOGRAFIAS

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpex, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE SISTEMAS

RESUMO

Nossa disciplina versa sobre gestão de sistemas, mas, para podermos compreender como a gestão de sistemas funciona, é necessário entendermos uma série de questões que a envolvem. Nesta aula conversaremos a respeito da organização da educação brasileira como um todo. Você já se perguntou como funciona nosso sistema educacional e sua relação com os marcos legais brasileiros? Já pensou de que forma se constitui e o que é necessário para a manutenção de um sistema municipal? Mas o que é sistema? Será que ele realmente existe ou temos apenas uma concepção teórica desse conceito? Vamos olhar essas questões mais de perto?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ESTRUTURA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR: MODALIDADES

O QUE É SISTEMA DE ENSINO

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AULA 2

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LDB

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PNE E PDE

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ECA

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

AULA 3

O QUE É POLÍTICA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

DIREITO À EDUCAÇÃO

POLÍTICAS RECENTES E OS PLANOS DE GOVERNO

AULA 4

AUTONOMIA DA ESCOLA E A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

NÍVEIS DE AUTONOMIA: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, JURÍDICA E PEDAGÓGICA

LIMITES DA AUTONOMIA

ESCOLA SEM PARTIDO

PROFESSOR: VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA

AULA 5

GESTÃO DEMOCRÁTICA

DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A GESTÃO ESCOLAR

ESCOLHA DE DIRIGENTES ESCOLARES

PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

AULA 6

INSTÂNCIAS COLEGIADAS DE GESTÃO

CONSELHO ESCOLAR

CONSELHO DE CLASSE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

GRÊMIO ESTUDANTIL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BORDIGNON, G. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. DIAS, J. A. Sistema escolar brasileiro. In: MENESES, J. G. C. (Org). Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 2002.
- GOHN, M. G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e

valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL
DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR
FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO HUMANA
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

BIBLIOGRAFIAS

- DÍCIO. Dicionário On-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apreenderem/>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. 8. ed. Campinas: Ática, 2004.

DISCIPLINA:

PERSPECTIVAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS

RESUMO

Esta disciplina tem por objetivo apresentar o conceito de currículo, introduzir as dimensões que o envolvem, desde a esfera de sua produção no campo normativo até a prática escolar (no qual este materializa-se), assim como contextualizar como vem sendo concebido com base na lógica de funcionamento das reformas educativas globais (REGs), que serão abordadas ao longo das aulas, tendo, para cada temática, algumas especificações necessárias para compreendê-la nas escalas de sua expansão tanto global quanto local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO PRESENTE NAS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS (REGS)

CURRÍCULO E A PRÁTICA ESCOLAR: RELAÇÕES ENTRE A MACROPOLÍTICA E A MICROPOLÍTICA ESCOLAR

CURRÍCULO COMO PERCURSO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

PRÉ-IDEAÇÃO DO PROJETO FORMATIVO E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PRESENTE

AULA 2

INTRODUÇÃO

CURRÍCULO PRESCRITO FRENTE AO PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO

PAPEL DA AUTONOMIA INTELECTUAL E DA COLETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO RECONTEXTUALIZADO

ENTRE O PROJETO FORMATIVO COMPARTILHADO E PROJETO FORMATIVO

DESCONEXO: PAPEL DA PRÁXIS NO PROCESSO FORMATIVO

CONTEÚDO E FORMA: CONCEPÇÃO INTEGRAL NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO A TEORIA DAS COMPETÊNCIAS

A PRODUÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR SOB OS MODELOS DE GOVERNO E DE GOVERNANÇA

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: QUAL SUJEITO PARA O SÉCULO XXI?

A GEOGRAFIA EPISTEMOLÓGICA DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO DA BNCC E A IMPLEMENTAÇÃO DAS REGS NO BRASIL PARA OS TRÊS NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL

BNCC DO ENSINO MÉDIO

AULA 5

INTRODUÇÃO

OS CONTORNOS COMUNS DA BNCC PARA AS TRÊS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA QUAL PROJETO PEDAGÓGICO?

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES QUAL PROPOSTA PEDAGÓGICA?

DIFERENCIANDO POLÍTICAS CURRICULARES DE TIPO VERTICALIZADO E HORIZONTALIZADO COMO CADA UMA DELAS INTERFERE NO PROJETO PEDAGÓGICO LOCAL

O PAPEL ATRIBUÍDO À TÉCNICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

AULA 6

INTRODUÇÃO

A CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA PRESENTE NA BNCC

A CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR PRESENTE NA BNCC

A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO PRESENTE NA BNCC

FUNÇÃO ATRIBUÍDA AO CURRÍCULO COM ALTO GRAU DE PRESCRIÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, P. Índio sem terra, terra com sangue. São Cristóvão: UFS, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/pastadojoao/docs/indiosemterraterracomsangue>.
- BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo. Washington, DC: BM, 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-OverviewPortuguese-Final-revised.pdf>.
- BROWN, H. Cidadania sacrificial neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. São Paulo: Zazie, 2016.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

RESUMO

Nesta disciplina o acadêmico irá compreender que os conceitos e possibilidades de aprendizado são amplos, no que concerne ao tema da gestão escolar financeira. Durante o curso será possível que, as etapas ofereceram um ponto de partida e, principalmente, uma base de pesquisa para que um gestor financeiro entenda a natureza do seu trabalho, mas, também, quais as estruturas políticas e as opções conceituais da Administração Pública às quais ele estará submetido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

VINCULAÇÃO DE RECEITAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NA VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES
HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE FUNDOS
NOVO FUNDEB: APONTAMENTOS GERAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO
SALÁRIO EDUCAÇÃO E REPASSES DO FNDE
RECURSOS DO FUNDEB
ECONOMIA, MDE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
ESTABILIDADE RELATIVA NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO
CONDIÇÕES DE OFERTA E RECURSOS FINANCEIROS
REFORMAS EDUCACIONAIS
REFORMAS EDUCACIONAIS, GESTÃO FINANCEIRA E RESPONSABILIZAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
GESTÃO COMPARTILHADA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990
GESTÃO GERENCIAL E A NOVA GESTÃO PÚBLICA
REFORMA EMPRESARIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESCOLA: FONTES PAGADORAS
TERCEIRIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO: FONTES PAGADORAS
NATUREZA DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO: FONTES PAGADORAS
CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM AS ENTIDADES PRIVADAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL E PRESERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO
GESTÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO GESTÃO PEDAGÓGICA
PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, AUTONOMIA ESCOLAR
ESTRUTURA, LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- APPLE, M. W. A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016.

- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. Em aberto, o Fundeb em perspectiva, Brasília, v. 28, n. 93, p. 45-65, jan./jun. 2015.

DISCIPLINA:
ENSINO HÍBRIDO

RESUMO

Blended significa misturado em português e learning quer dizer aprendizagem. Essa “aprendizagem misturada” entre ensino presencial e ensino on-line gerou a conceitualização para o ensino híbrido, que é uma proposta de ensino que pretende valorizar o melhor do presencial e do on-line.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
BREVE HISTÓRICO
NO MUNDO
NO BRASIL
INOVAÇÃO DISRUPTIVA NO ENSINO

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELO ROTAÇÃO
MODELO FLEX
MODELO À LA CARTE
MODELO VIRTUAL ENRIQUECIDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
O PROFESSOR DO SÉCULO XXI
O PROFESSOR DO ENSINO HÍBRIDO
PROFESSOR CURADOR
DESAFIOS E PAPEL DO PROFESSOR

AULA 4

INTRODUÇÃO
PROTAGONISMO E AUTONOMIA
AMBIENTES HÍBRIDOS DE APRENDIZAGEM
O ALUNO NO ENSINO HÍBRIDO
CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES HÍBRIDOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO
TECNOLOGIA DIGITAL NO ENSINO HÍBRIDO
RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS
TIPOS DE RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO NO ENSINO HÍBRIDO

VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

ALIANDO TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO ONLINE E AVALIAÇÃO PRESENCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 9057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 mai. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm.
- _____. Portaria n. 1134, de 10 de outubro de 2016. Regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 out. 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-n-1134>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RECURSOS DA ESCOLA

RESUMO

A Matemática Comercial e Financeira é diariamente utilizada nas finanças escolares e o técnico em Secretaria Escolar deve estar preparado para analisar e interpretar as situações que se apresentam para poder tomar a decisão mais correta. Imagine, por exemplo, que o pai de um aluno deseja saber quanto deverá pagar por um curso que durará um ano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- CASTANHEIRA, N. P. Noções básicas de matemática comercial e financeira. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.
- CASTANHEIRA, N. P.; MACEDO, L. R. D. de. Matemática financeira aplicada. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

RESUMO

O processo de avaliação por certo é figurativamente comparável a uma exuberante onda revolta que envolve em suave abraço o lindo mar azul para, após, repousar sobre praias em imorredoura calma. É neste contexto, ora de mar revolto, ora de calma, que este trabalho inicia as suas atividades, tomando por horizonte o tema genérico da avaliação institucional, que se esmera em propiciar condições favoráveis para que diferentes vertentes educativas possam alcançar concretude de benefício social de longo alcance. Desde que as instituições educativas de qualquer nível escolar começaram a se fazer presentes formalmente mundo afora, alguma forma avaliativa de sua gestão, bem como do desempenho dos seus estudantes, começou a se fazer presente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
CONVIVÊNCIA DE OBJETIVOS ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ACADÊMICA

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMITE ENXERGAR MAIS E MELHOR AQUILO QUE SE PRETENDE VISUALIZAR

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO APORTE INDUTOR DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

NOVO MARCO LEGAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CLAMA POR EXCELÊNCIA EDUCATIVA

AULA 2

APRENDIZAGEM: RELAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL COM A AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO E PESQUISA ESTABELECEM SIMILITUDE NO FORMATO DE IMPLEMENTAÇÃO

SER AVALIADO É ESTAR SENSÍVEL À CONTRIBUIÇÃO DE OUTREM: MÁXIMAS EM AVALIAÇÃO

CONHECER-SE MELHOR COMO PRESSUPOSTO DE VALORIZAÇÃO HUMANA PELA AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO PRECONIZA SERMOS HUMANOS EM TUDO O QUE FAZEMOS

AULA 3

O AVALIADOR PODERÁ OBTER SUCESSO SE SUA RELAÇÃO DE EMPATIA COM A AVALIAÇÃO FOR EXITOSA

AVALIAR COM INICIATIVAS INOVADORAS FACILITA A APRENDIZAGEM E O DESEMPENHO ESTUDANTIL

A INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO TEM RAZÃO DE SER COM RECURSOS HUMANOS DE ESPÍRITO INOVADOR

INICIATIVAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO, SIM; PRÁTICAS ULTRAPASSADAS, NÃO
A AVALIAÇÃO É INOVADORA QUANDO OS SEUS CAMINHOS A CONDUZEM A RESULTADOS ESPLENDOROSO

AULA 4

ESCOLA EM CICLOS: INCLUSÃO ESCOLAR COM POSITIVO APORTE PEDAGÓGICO FAMILIAR

FILOSOFIA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EM CICLOS E AMPARO PEDAGÓGICO FAMILIAR

A AVALIAÇÃO QUE PROTAGONIZA ORIENTAÇÃO À APRENDIZAGEM E AO DESEMPENHO NA ESCOLA EM CICLOS

CIRCUNSCRIÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA EM CICLOS NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES

PROTAGONISMO DA ESCOLA EM CICLOS ANTE A “PRIMAZIA” FUNCIONAL DE OUTROS FORMATOS EDUCATIVOS

AULA 5

PERCURSO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS DE ANTANHO E NO TEMPO PRESENTE

RELEVÂNCIA DO USO DE TECNOLOGIA NA MEDIAÇÃO DE ATIVIDADES

EDUCATIVAS

FORMAÇÃO DOCENTE: MUITO TEORIA COM PRECÁRIA TECNOLOGIA

TECNOLOGIAS SOFISTICADAS OU NÃO, O SEU USO FAZ DIFERENÇA

PEDAGÓGICA

TECNOLOGIAS: MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUPORTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 6

DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA TÉCNICA DO PASSADO À DO PREDOMÍNIO

TECNOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACESSO DEMOCRÁTICO PRIVILEGIADO A BENEFÍCIOS

EDUCATIVOS

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VIA DEMOCRÁTICA E PRAZEROSA DE INCLUSÃO

TECNOLOGIA: LASTRO PEDAGÓGICO POR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FORMADORA DE RECURSOS HUMANOS

AVALIAÇÃO PRAZEROSA COM APORTE TECNOLÓGICO CONFERE À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PLENA RAZÃO DE SER

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2014.
- _____. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 dez. 2017a.
- _____. Portaria n. 19, de 13 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 dez. 2017f.

DISCIPLINA:

GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

Ao nos remetermos ao ambiente escolar, um dos profissionais que tomam a frente de inúmeras situações ocorridas no dia a dia educacional é, sem dúvida, o pedagogo. Com certeza você lembra desse profissional atuando em alguma escola em que estudou, assim como dos afazeres que ele exercia diariamente, porém, não imagina a grandeza e importância de suas ações para toda a comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ELEMENTOS DEFINIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

AULA 2

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM BASE NO
PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AULA 3

MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA
CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

AULA 4

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA
CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

AULA 5

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA
CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

AULA 6

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
DESAFIO DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA
ESCOLA

BIBLIOGRAFIAS

- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2003.
www.inep.gov.br

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS
COMPLEMENTARES
SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO
REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB 9394/96

LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- AGESTA, L. S. Sistema político. In: SILVA, B. (Coord.). Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade: Revista de Ciências da Educação, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 725-752, 2005.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESUMO
A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS AULA 2 INTRODUÇÃO OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES? A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES AULA 3 INTRODUÇÃO BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DESENVOLVIMENTO HUMANO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE AULA 4 INTRODUÇÃO PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA

CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

PODER JUDICIÁRIO

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.

DISCIPLINA:

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

RESUMO

A centralidade do PPP da escola está relacionada às políticas públicas e à gestão educacional. Portanto, ao discutirmos sobre ele, precisamos considerar as concepções de gestão e a implementação de processos de participação e decisão, analisando, assim, o papel da gestão ao elaborá-lo. O maior desafio está na interatividade, no diálogo e na flexibilização subsidiada pela gestão. Esta, por sua vez, necessita ter caráter democrático. Vale ressaltar ainda a existência da gestão educacional no contexto da escola pública, que abarca as diferentes concepções e práticas de planejamento. Diante disso, reflita sobre o questionamento a seguir: De que forma a gestão escolar pode envolver o grupo (docentes, comunidade, administrativos) na construção e reconstrução do PPP?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

GESTÃO E PLANEJAMENTO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL

PLANEJAMENTO: FUNÇÕES E FINALIDADES

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL

GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

AULA 2

PLANEJAMENTO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

PLANEJAMENTO: DIMENSÕES, NÍVEIS E DESDOBRAMENTOS
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ETIMOLOGIA
PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
A EQUIPE GESTORA NA ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

AULA 3

A ESCOLA COMO LOCAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO PPP NO CONTEXTO ESCOLAR
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO PPP COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 4

FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ETAPAS DO PLANEJAMENTO DO PPP
MARCO REFERENCIAL OU SITUACIONAL
DIAGNÓSTICO
PROGRAMAÇÃO

AULA 5

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AS FINALIDADES DA ESCOLA
IGUALDADE E QUALIDADE
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO
PRESSUPOSTOS DO PROJETO

AULA 6

DESDOBRAMENTOS DO PPP – PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL
CONSELHO ESCOLAR
TIPOS DE PLANEJAMENTO
PLANEJAMENTO ELABORADO PELO PROFESSOR
PLANO DE AULA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- LÜCK, H. et al. A escola participativa o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.
- MAIA, B. P. e C.; MARGARETE, T. de A. Os desafios e a superação na construção coletiva do projeto político-pedagógico. Curitiba: InterSaberes, 2013.